
MONGE JOÃO MARIA NA TRADIÇÃO RELIGIOSA POPULAR DO PLANALTO MERIDIONAL DO BRASIL

JOÃO MARIA MONK IN POPULAR RELIGIOUS TRADITION OF SOUTHERN PLATEAU OF BRAZIL

Alexandre de Oliveira Karsburg¹
Doutor em História Social-Instituto de História/UFRJ
alexkarsburg@yahoo.com.br

RESUMO: O presente projeto de pesquisa vem sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas e tem por objetivo reconstruir o processo histórico de uma das mais marcantes e duradouras devoções populares surgidas nas Américas: a crença no *Monge João Maria*. Iniciada na década de 1840 a partir da peregrinação do italiano João Maria de Agostini por vários países do continente americano, desde então a devoção vem sendo ressignificada pelas pessoas em um processo criativo e autônomo, servindo há mais de um século como elemento identitário e que estrutura a sociabilidade. Atingindo um vasto território que inclui pontos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com repercussões no norte da Argentina, a devoção configurou-se como verdadeiro patrimônio cultural e imaterial de pessoas que têm no *monge* um de seus principais santos. Além da pesquisa histórica propriamente dita, desejamos realizar um mapeamento dos locais de memória atualmente associados à devoção ao Monge João Maria. Este Mapa da Devoção será apresentado aos órgãos oficiais na tentativa de obter seu reconhecimento como patrimônio imaterial das populações, a fim de contribuir para a preservação de locais e crenças.

PALAVRAS-CHAVE: Monge João Maria. Religiosidade Popular. Brasil.

ABSTRACT: This project is being developed by the Program in the History of the Federal University of Pelotas and aims to reconstruct the historical process of one of the most striking and enduring popular devotions that have arisen in the Americas: the belief in monk João Maria. Begun in the 1840s from the Italian pilgrimage João Maria de Agostini for several countries in the Americas, since then the devotion has been re-signified by the people in a creative and autonomous process, serving for more than a century as identity element and structure sociability. Reaching a vast territory that includes points of the states of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul, with repercussions in northern Argentina, the devotion was configured as true cultural and intangible heritage of people who have monk in one of its main saints. Besides the historical research itself, we want to map the sites of memory currently associated with the devotion. This Map of Devotion will be presented to official authorities in an attempt to obtain recognition as intangible heritage of the people, in order to contribute to the preservation of local and beliefs.

KEYWORDS: João Maria Monk. Popular religiosity. Brazil.

¹¹ Bolsista de Pós-Doutorado FAPERGS/CAPES/UFPel.

Introdução

Em todo o planalto meridional do Brasil a tradição religiosa centrada no Monge João Maria é muito presente, crença viva e em constante transformação. Fontes d'água, grutas, cavernas, lapas, cruzeiros, capelinhas e imagens do santo estão espalhados de São Paulo ao Rio Grande do Sul, principalmente no interior do Paraná e Santa Catarina, demonstrando a força desta devoção que remonta a um *monge*² andarilho tornado santo pelo povo em meados do século XIX. Ao longo das décadas, outros sujeitos se fizeram passar ou foram confundidos com o eremita João Maria de Agostini, o primeiro da série de *monges* peregrinos que palmilharam o sul do Brasil. O papel destes sujeitos na difusão da crença foi importante à medida que eles também foram itinerantes, curandeiros e pregadores da palavra de Deus, transformando-se em “discípulos” do eremita Agostini. Involuntariamente, um destes “discípulos” se viu envolvido em um conflito que tomou enormes dimensões – a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916, ocorrida no planalto catarinense.

No entanto, a crença no Monge João Maria teve suas origens décadas antes da conflagração deste conflito, ultrapassando-a temporalmente e espacialmente. Em nome do *monge* João Maria não só o movimento do Contestado, mas várias concentrações camponesas surgiram nos últimos 160 anos no território que vai do Rio Grande do Sul ao Paraná, destacando-se: a concentração do Campestre em Santa Maria (RS, 1846 a 1849); a do Cerro do Botucaraí nas proximidades do atual município de Candelária (RS, 1848); a dos *Monges* do Pinheirinho em Encantado (RS, 1902); a dos *Monges* Barbudos em Soledade (RS, 1938). Nos chamados Campos de Palmas e Guarapuava (PR), na serra catarinense, na região das Missões Jesuíticas (RS), bem como do outro lado do Rio Uruguai, na atual cidade argentina de *San Javier* (província de *Misiones*), a presença do *monge* também deixou fortes marcas na

² Para os devotos do sul do Brasil, o termo *monge* é sinônimo de andarilho que peregrina solitariamente procurando ensinar as pessoas os “caminhos da salvação”. Além disso, ele deve curar doenças utilizando ervas, águas e outros elementos da natureza. Porém, institucionalmente falando, o termo *monge* é inadequado para qualificar tal sujeito, já que o monge deve ter ordenação sacerdotal ou ser membro de ordem religiosa. Mas foi por tradição que ficaram conhecidos desta maneira, comprovando que o povo, apesar de dialogar com a cultura da Igreja, detinha de fato as prerrogativas para criar seus santos (KARSBURG, 2014).

memória local, e em todos estes lugares ergueram-se capelas, cruzeiros e *vias-sacras* até hoje preservadas por empenho dos devotos do “santo monge”, ou Monge João Maria.

A passagem de *monges* posteriores – “discípulos” ou imitadores do primeiro –, associados de alguma maneira ao nome João Maria, confirmaram a santidade desta figura, reforçando ainda mais seus contornos místicos. Lugares santos se formaram com o passar dos anos, criando um mapa da cultura popular e da devoção ao *monge* que não passa despercebido. Muitos destes espaços estão associados à região do Contestado, manifestando-se atualmente como “lugares de memória” e espaços de manifestação de um precioso Patrimônio Material e Imaterial de vastas populações do interior dos estados de todo o sul do Brasil. Percebe-se aí a difusão de uma tradição cultural e religiosa que vem passando por constantes leituras ao longo das décadas, mantendo-se viva em amplo território do planalto meridional brasileiro.

Neste sentido, queremos destacar que nosso projeto de pesquisa pretende contribuir à preservação de uma longa e importante tradição cultural, a devoção ao Monge João Maria. Nossa tarefa está sendo identificar os locais de memória e centros de devoção existentes no sul do Brasil onde as populações veneram o santo. Uma vez tendo mapeado os lugares e feito registros de vídeo e fotografias, iremos apresentar os resultados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cumprindo a função de alertar o poder público para a preservação de elementos de Patrimônio Material e igualmente de Patrimônio Imaterial. Abaixo apresentamos os locais mais conhecidos onde há memória e/ou devoção ao Monge João Maria no sul do Brasil e Argentina:³

- Rio Grande do Sul: Santa Maria, Rio Pardo, Candelária, São Borja, região do Alto-Jacuí, Encantado, Passo Fundo, Soledade, Marau, Lagoa Vermelha, Vacaria.

- Santa Catarina: Lages, Curitibanos, região do Rio do Peixe, Porto União, Caçador, Mafra, Chapecó, Canoinhas, Irineópolis, Papanduva, Major Vieira, Fraiburgo, Frei Rogério, Timbó Grande, Bela Vista do Toldo, José Boiteux, Florianópolis (Morro do Horácio – migrantes serranos)

³ Esta listagem é prévia e vem sendo complementada com o andar da pesquisa.

- Paraná: Lapa, Castro, Rio Negro, União da Vitória, Palmas, Pinhão, Pato Branco, Clevelândia e São Mateus do Sul.

- São Paulo: Sorocaba, Itapetininga da Serra.

- Argentina: San Javier (província de Misiones).

Os locais de devoção constituem-se em lugares de memória e de identidade. Na tentativa de bloquear o esquecimento e de fixar a experiência, águas santas, grutas e altares são oferecidos ao *monge*, configurando-se como verdadeiro Patrimônio Cultural das populações.⁴ O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo, assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Neste percurso de pesquisa, estamos antevendo a criação de uma identidade comum às populações do sul do Brasil, com diferentes formas de leitura, manifestadas não somente no campo religioso, mas também no social. A crença no *monge* foi se construindo e sendo transmitida entre as pessoas a ponto de virar uma “religião” que estrutura sociabilidades. Verdadeira herança imaterial que esperamos ver reconhecida como patrimônio cultural.

Construindo o mapa da devoção: o século XIX

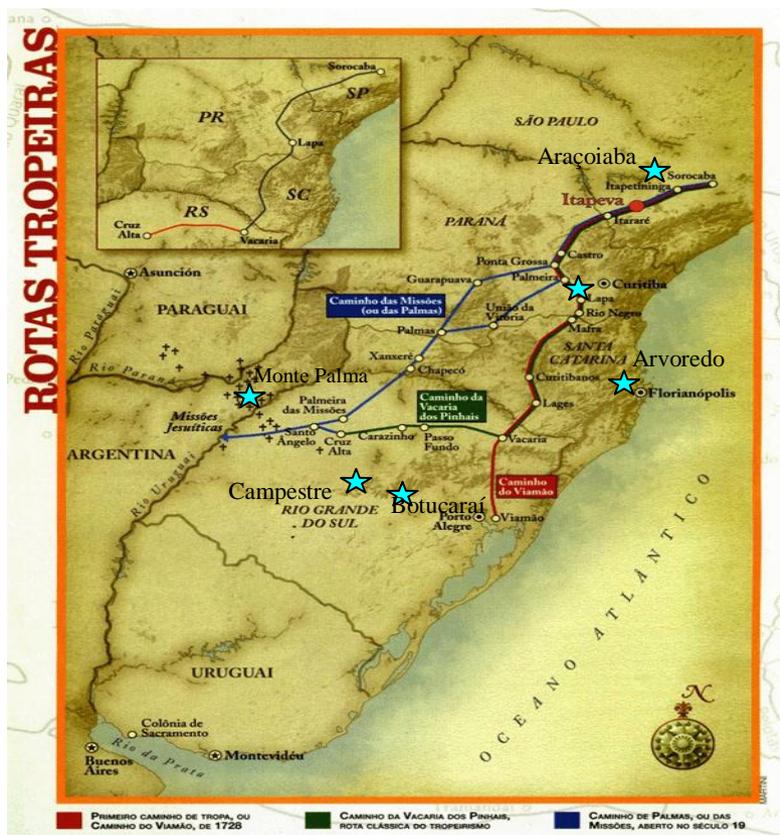
Analisando a topografia legendária do Evangelho em Jerusalém, Maurice Halbwachs (1971) afirmou que era pouco provável que os lugares tomados como aqueles por onde Jesus passou e viveu na Terra Santa sejam de fato os locais onde ocorreram os eventos narrados no Evangelho. O autor argumenta, todavia, que essa impossibilidade de comprovar historicamente os lugares verdadeiros onde Jesus viveu não diminui a importância sagrada dos locais da Terra Santa. O mesmo se aplica em nosso estudo. Dos lugares acima apresentados onde há devoção ao Monge João Maria, muitos o eremita Agostini sequer passou, papel esse cumprido pelos “discípulos” e por devotos que migravam de uma região

⁴ A UNESCO define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.” <<http://portal.iphan.gov.br/portal>>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

para outra levando consigo suas crenças religiosas. Para que a memória coletiva, as tradições e as crenças de um grupo social se mantenham no tempo é necessária a existência de lugares no espaço onde a memória coletiva, as tradições e crenças se façam presentes (Halbwachs, 2006).

Apesar de atualmente constatararmos a existência de inúmeros locais onde a crença se faz presente, os pontos de devoção de um século e meio atrás não eram assim tão numerosos. Em meados do século XIX, os lugares de devoção deixados por João Maria de Agostini, até onde alcançamos saber, eram reduzidos, restringindo-se a não mais do que cinco localidades no Brasil e uma na Argentina: os cerros do Campestre e do Botucaraí no Rio Grande do Sul; a Ilha do Arvoredo em Santa Catarina; o cerro da Lapa e suas grutas no Paraná; a montanha do Araçoiaba em São Paulo; e na província de Misiones, no Monte Palma. Foram estes os seis lugares pioneiros “sacralizados” pelo eremita italiano em meados do século XIX, onde sua presença está documentada (Karsburg, 2012; 2014).

Figura 1 – Primeiros locais de devoção ligados ao nome monge João Maria



Sinalizados com estrela os seis primeiros locais onde surgiram devoções ligadas ao eremita João Maria de Agostini no século XIX. Como se percebe no mapa, as rotas de tropeiros serviam para os viajantes se locomoverem, e devem ter sido utilizadas por Agostini. Mapa adaptado. Fonte: <http://www.ihggi.org.br/pag.php?pag=rotasdo tropeiros>. Acesso em 12 de outubro de 2011.

As devoções por ele deixadas nestes seis pontos – todos eram locais isolados, cercados por florestas e montanhas, ou pelo mar, no caso da Ilha do Arvoredo –, apesar das semelhanças, apresentam algumas diferenças importantes. No Campestre, no Monte Palma e no Arvoredo, Agostini, com a ajuda de outras pessoas, construiu cruzeiros demarcando o caminho da *via-sacra*, erguendo, no topo, três grandes cruzeiros sinalizando o calvário de Cristo. Ao incentivar o sacramento da penitência, colocava ao alcance de todos a chance da salvação da alma por esforço próprio, sem a intermediação da Igreja, bem como a cura dos males do corpo. Em dois destes lugares deixou outras devoções além da *via-sacra*: no Campestre, a de Santo Antônio Abade; no Monte Palma (Misiones), a de Nosso Senhor dos Desertos. E em quatro – Campestre, Botucaraí, Arvoredo e Lapa – se formaram romarias extensas em busca daquilo que seria a marca registrada da presença do santo: a fonte de água milagrosa.

Felizmente, foi possível reconstruir o início dessa relação entre o eremita e as águas ditas milagrosas.

As águas santas do Campestre: o “ponto zero”

Ao permanecer onze meses no Campestre – ponto isolado na Serra de São Martinho, próximo ao município de Santa Maria (RS) –, entre novembro de 1845 e outubro de 1846, o eremita João Maria de Agostini descobriu três⁵ fontes de água mineral que logo atribuiu princípios curativos. Ele próprio acreditava nos poderes de cura das águas, tratando de divulgar tal notícia entre os moradores locais. À medida que os meses passavam, a novidade foi se espalhando pela região, alcançando os quatro cantos da província e ultrapassando os limites do Rio Grande do Sul, atingindo centros importantes do Brasil e países como o Paraguai, Uruguai e norte da Argentina. Ao final de 1846, a quantidade de pessoas buscando a cura nas “águas do monge” era tanta que fez com que seu descobridor abandonasse o local em busca de lugar mais isolado. Porém, independentemente da presença do monge, os “milagres” não paravam de acontecer, o que atraía cada vez mais pessoas ao Cerro do Campestre. No princípio de 1848, a aglomeração exigiu a atenção de autoridades da província sulina e também do eremita Agostini.

Tendo abandonado o Campestre no final de 1846, Agostini resolveu voltar ao lugar em setembro de 1848 para tentar organizar o ajuntamento disforme que lá se formara. Para isso, redigiu um documento instituindo uma devoção católica – a de Santo Antão Abade⁶ – e escolhendo um procurador e doze zeladores entre moradores locais para que ficassem

⁵ As fontes se chamavam “Umbu”, “Misericórdia” e “Torneira”, de acordo com relatório do médico e deputado Fidêncio Nepomuceno Prates, que lá esteve em abril de 1849. As observações e testes nas águas do Campestre foram divulgados no Jornal *O Porto-alegrense*, no dia 8 de junho de 1849, n. 23, p. 1-2. (Biblioteca Borges de Medeiros – Anexo ao Palácio do Piratini, Porto Alegre).

⁶ Anacoreta que viveu no século IV d. C. nos desertos do Egito. De acordo com Jacques Lacarrière (2002), Antão (251-356) se retirou para o deserto no final do século III d. C. para viver solitariamente. Com o tempo, alguns homens passaram a procurá-lo em seu retiro no deserto, tornando-se, assim, um mestre espiritual. Devido ao número cada vez maior de pessoas ao seu redor, adorando-o como a um santo, Antão se viu forçado a deixar o grupo e se isolar em local ainda mais distante (Lacarrière, 2002). Segundo a hagiografia católica, Antão faleceu com 105 anos. Reconhecido pela Igreja Católica, 17 de janeiro é considerado o dia de santo Antão Abade.

responsáveis pela continuidade da devoção. Este documento, intitulado “Aos do Campestre”,⁷ acabou sendo utilizado para que o governo da província sul-rio-grandense ordenasse a sua captura, sob alegação de que o monge não tinha autorização para criar devoções muito menos nomear responsáveis em dar sequência à devoção de Santo Antão. O italiano era eremita leigo e não sacerdote ou monge ordenado, o que impediu que seu documento tivesse validade legal. Nas palavras do presidente da província, Agostini praticava “impostura religiosa”.⁸

A partir da repercussão dos “milagres” das fontes do monge, agentes sociais variados – devotos, jornalistas, políticos e médicos – tentaram explicar quem era e o que fazia o italiano em solo brasileiro, atribuindo-lhe interesses e qualificações contraditórios. As motivações para que surgissem opiniões tão díspares a respeito do indivíduo se deveram à conjuntura de desconfianças em relação aos agentes (espiões) de repúblicas vizinhas – províncias argentinas, Uruguai e Paraguai –, à crença generalizada de que certas águas tinham propriedades medicinais e/ou milagrosas e à luta da classe dos médicos acadêmicos em ter o direito exclusivo na arte de curar. Esse cruzamento de contextos deu repercussão às águas e ao seu descobridor (Karsburg, 2012; 2014).

Apesar de também ter se formado, na época, romarias de doentes em busca de curas no Cerro do Botucaraí (RS), na Ilha do Arvoredo (SC) e na Lapa (PR), nada se compara aos acontecimentos do Campestre. Em nenhum outro local do Brasil por onde Agostini passou alcançou repercussão igual. Por isso considero o Campestre o “ponto zero”, ou seja, aonde nasceu o “monge santo” e teve início a relação já secular entre monges e fontes de água acreditadas pela população como milagrosas. Isso nos indica um caminho até então pouco explorado, pois, se a crença no Monge João Maria tem, atualmente, no interior de Santa Catarina e do Paraná seu centro e pólo irradiador, onde ela é marcante e verificável, não significa que a crença tenha ali surgido. O circuito da fé não coincidiu com o itinerário daquele que inspirou esta fé. Os caminhos tomados pela crença no monge diferem das rotas

⁷ Documento “Aos dos Campestres”. In: SILVEIRA (1979, p. 475-477). O doze zeladores a que se refere o *monge* têm relação com a tradição bíblica dos 12 apóstolos de Cristo. A título de esclarecimento, nada tem a ver com os doze pares de França presente no grupo que se cercou ao “monge” José Maria de Santo Agostinho no início da Guerra do Contestado em 1912 no estado de Santa Catarina. Sobre a gesta carolíngia durante a Guerra do Contestado, consultar: ESPIG (2006).

⁸ Ofício do presidente Francisco José Soares de Andrea ao Delegado de Polícia Serafim dos Anjos França Junior, 21 de outubro de 1848 (Arquivo Histórico do RS, Códice A-5.53, 1848-1856).

palmilhadas pelo eremita italiano. O que não minimiza, obviamente, a importância da devoção que em pouco mais de meio século alcançava vastas regiões do sul e já era reconhecida por muitos.⁹

A constatação de que o Campestre é o “ponto zero”, onde nasceu a relação entre monges e fontes de água milagrosa, nos leva a questionar uma ideia consolidada na historiografia. Até então, acreditava-se que o “monge santo” havia surgido nas redondezas do município de Sorocaba (SP) (Fachel, 1995) – na montanha chamada de Araçoiaba – por ter lá residido o eremita Agostini durante alguns meses entre o final de 1844 e início de 1845. Esta hipótese calcava-se no Livro de Registro de Estrangeiros, aonde Agostini se fez apresentar em 24 de dezembro de 1844 dizendo ser “solitário eremita” de profissão, originário do Piemonte, com idade de 43 anos.¹⁰ Este era o documento mais recuado que se tinha sobre a presença do italiano em solo brasileiro.

Apesar dessa presença em Sorocaba na véspera do Natal de 1844, sua passagem pelo local foi rápida demais para deixar gravado na memória algo tão marcante como os eventos que se sucederiam no Campestre e no Botucaraí anos depois, mesmo que Agostini tenha residido no Araçoiaba mais de uma vez – ao que tudo indica esteve lá em duas oportunidades, em dezembro de 1844 e no final de 1850. Quando o ministro da Justiça Euzébio de Queiroz, em 1849, capitaneava uma investigação para averiguar o passado do italiano em terras brasileiras, toda a atenção se voltou para o sul do país, para o Campestre das águas santas principalmente. Excetuando um único documento,¹¹ todos os demais que foram manuseados e lidos pelo ministro a respeito do italiano tiveram como remetentes homens do sul do Brasil. A crença que o monge tornava águas de certas fontes milagrosas nasceu e se espalhou, portanto, do sul para o centro, mas precisamente do Campestre e do Botucaraí, sendo levada pelo

⁹ Como o médico baiano Ângelo Dourado que estava lutando ao lado dos federalistas no sul do Brasil. Ao passar pelo vale do Rio do Peixe (SC) e pela região de Passo Fundo (RS), em 1894, afirmou que tais territórios configuravam-se de “domínio” de certo monge pela ascendência que este exercia na população (Dourado, 1896)

¹⁰ Livro de Registros de Estrangeiros, folha 18, 1842-1865, Apresentação de Estrangeiros – Delegacia, Sorocaba, SP. Este livro se encontra na cidade de Sorocaba, no Arquivo do Gabinete de Leitura (GOES, 2007, p. 89). O primeiro a publicar esse registro foi o padre Luis Castanho de Almeida no artigo “O monge do Ipanema”, de 1942 (CABRAL, 1960, p. 109).

¹¹ Documento de 3 de abril de 1849, escrito pelo 9º inspetor de quarteirão da Lagoa, no Rio de Janeiro, o proprietário José Francisco Ferreira, dando esclarecimentos da presença do eremita Agostini no Cerro da Gávea quatro anos antes (Arquivo Nacional, Série Justiça, IJ1-558).

caminho dos tropeiros até atingir o interior de Santa Catarina e Paraná. Em Sorocaba (SP) formou-se uma memória diferente.

Em artigo de 1873, certo autor explicava as origens da crença em uma “Pedra Santa”, localizada no alto do Araçoiaba. Dizia ele que tal pedra havia servido de “cama” a um eremita desconhecido que ali estivera muitos anos antes, e que desaparecera misteriosamente. Este local tornara-se ponto de peregrinação de romeiros da região de Sorocaba, despertando a curiosidade, inclusive, do frade capuchinho e bispo de Olinda Dom Vital de Oliveira.¹² No tempo em que permaneceu nas redondezas de Sorocaba, Agostini assistia as celebrações religiosas na igreja da Fábrica de Ferro do Ipanema, proferindo alguns sermões com o aval do padre da capela (Almeida, 1942). Ainda nos faltam indícios para confirmar se houveram águas santas, se ele construiu cruzeiros demarcando caminho de *via-sacra* ou se instalou qualquer outra devoção. Ao que tudo indica, nada fez nesse sentido. Mas isso pode mudar com pesquisa aprofundada em arquivos paulistas. Mas retornemos ao “ponto zero”.

Para o Campestre das águas santas rumaram, principalmente a partir de 1848, pessoas de vários locais do Brasil. Do Rio de Janeiro, a poetisa Delfina Benigna da Cunha, acompanhada por uma africana livre, viajou até o sul para tratar-se nos cerros do Botucaraí e do Campestre, escrevendo, logo na sequência, um artigo e um poema que foram divulgados em jornal do Rio Grande do Sul.¹³ De São Paulo, do município de Mogi-Mirim, o padre José Maria de Vasconcellos foi ao Campestre para resolver problemas de saúde, aproveitando a viagem para negociar gado e também usurpar direitos paroquiais de vigários da região de São Borja, Cruz Alta e Santa Maria, realizando batizados e casamentos em jurisdição alheia. Um ex-monge beneditino do Mosteiro de São Paulo, Francisco da Madre de Deus Cunha, foi até

¹² O bispo visitou o lugar em 1872, deixando sua assinatura em umas das pedras. Cf. artigo: “A Pedra Santa”, *Jornal O Ipanema*, 26 de novembro de 1873. In: GASPAR, O Monge de Ipanema, 1954, p. 75-78 (GOES, 2007, p. 216-217).

¹³ *Jornal Diário do Rio Grande*, 11 de maio de 1849, n. 167, p. 2 (Biblioteca Rio-Grandense, Rio Grande). Eis parte do poema: “(...) De longínquas terras vem Um eremita ilustrado, Que nos mostra o que há guardado O Céu para o nosso bem. À glória de Deus convém, Que fontes um monge abrisse, Que delas pura saísse Água de tanta excelência. Que um Deus por suma clemência Fez com que um monge descobrisse. Bendito seja o Senhor Deus do povo israelita, Que por bondade infinita Tem ao homem tanto amor! A Ele glória e louvor Dê a terra jubilosa, Pois da esfera luminosa Nos dá de saúde fontes, Fazendo manar dos montes Água santa, milagrosa.”

as águas santas para tentar minimizar os efeitos de sua enfermidade.¹⁴ O diretor geral das aldeias indígenas da província sul-rio-grandense, José Joaquim de Andrade Neves, propôs que o governo financiasse a ida de índios com elefantíase até o local das águas santas: “(...) parece-me acertado que estes enfermos fossem auxiliados com sustento e transporte, e levados às águas minerais de Santa Maria da Boca do Monte, ou do Botucaraí, onde consta que iguais doentes têm melhorado.” O governo indeferiu o pedido por não ter certeza de que as águas de fato curavam.

As águas descobertas pelo eremita se tornaram “famosas” em todo o Brasil e igualmente em países vizinhos como Uruguai, Paraguai e Argentina, pois destes lugares também vieram doentes e curiosos. Um correspondente do jornal *O Rio Grandense* afirmou que “o general correntino [Província de Corrientes, na Argentina] Joaquim Madariaga, emigrado no Rio Grande do Sul, faleceu nas Águas Santas.” Negando as virtudes terapêuticas atribuídas àquelas águas, dizia o artigo que o general Madariaga, “que para aí tinha ido curar-se da morfeia, fora uma das desgraçadas vítimas do fanatismo, tendo o uso daquelas águas apressado a sua morte.”¹⁵ Caso assim tenha acontecido, o general Madariaga pode ter sido a pessoa mais importante, em termos políticos, a ter buscado a cura nas águas milagrosas do Campestre, quiçá tornando-se o mais famoso defunto a ser ali enterrado.

No entanto, o documento mais divulgado a respeito dos prodígios das águas do Campestre foi publicado no mês de novembro de 1848. Sob o título “As Águas Santas”, a reportagem iniciava dizendo:

Temos debaixo dos olhos uma longa relação de numerosas curas operadas pelas águas medicinais de Santa Maria da Boca do Monte. Casos espantosos e de incrível realidade aí se acham descritos, com as cores singelas da fé mais pura, fé robustecida diante do testemunho ocular desses prodígios da bondade divina. Aí a entregamos ao conhecimento da humanidade, omitindo muitos casos, por menos interessante.¹⁶

¹⁴ Ofício do vigário Francisco da Madre de Deus Cunha ao governo do RS pedindo autorização para se ausentar da paróquia de Passo Fundo para se tratar nas águas santas, em 1º de dezembro de 1848 (AHRS, Assuntos Religiosos, Maço 13, Cx 6).

¹⁵ Jornal *O Rio Grandense*, janeiro de 1849 (Biblioteca Rio Grandense, Rio Grande); *Jornal do Comércio*, 18 de fevereiro de 1849, n. 49, p. 2 (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

¹⁶ Jornal *Diário do Rio Grande*, 11 de novembro de 1848, n. 23, p. 2-3 (Biblioteca Rio Grandense, Rio Grande). Rapidamente essa reportagem alcançou a corte imperial sendo republicada em três jornais do Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*, 21 de novembro de 1848, n. 321, p.1; *Correio Mercantil*, 23 de novembro de 1848, n. 320,

Na sequência, o artigo apresentava o testemunho de quarenta pessoas que foram até as águas santas para tratarem de sua saúde e, após banharem-se nelas, voltavam sãs. A reportagem mencionava o nome, o local de origem, a idade, em alguns casos a cor, as moléstias e quantos banhos foram necessários para o restabelecimento. Dentre os quarenta nomes, havia gente de todas as partes da província do Rio Grande do Sul: Santa Maria, Cachoeira, Porto Alegre, Santa Bárbara, Caçapava, Camaquã, São Gabriel, Santana do Livramento, Lavras, Santo Antônio da Patrulha, Piratini, Taquari, etc., bem como do Estado Oriental (Uruguai). A título de exemplo, a descrição era assim: “Rufino Teixeira de Andrade, branco, morador em Santa Bárbara, 22 anos. Sofria a 8 meses de uma afecção interna do lado direito. Chegou a 13 de maio, e no dia 16 estava perfeitamente bom.” Buscar a cura nas águas era opção de qualquer pessoa, independentemente de seu nível social, cor e posição política.

Os quarenta depoimentos são fundamentais por sua representatividade cultural e descartam imediatamente a ideia de que quem acorria ao lugar das águas santas eram unicamente pessoas pobres e abandonadas, esquecidas pelas autoridades políticas e religiosas da província.¹⁷ Se assim fosse, como explicar a presença, ali, de grandes proprietários de terras como o Tenente Coronel João Gonçalves Padilha, de São Martinho, e, também, da rica família Pompeu de Toledo de Santa Maria?¹⁸ A crença no poder curativo das águas não pode ser uma característica cultural de um grupo social específico: era algo compartilhado, em menor ou maior grau, por todos. Contudo, poderia haver diferentes explicações das razões de determinadas águas terem poder de cura: para alguns eram seus princípios sobrenaturais, para outros, suas propriedades minerais, e, muitas vezes, tais pontos de vista entravam em choque. Porém, na lista em questão, fica impossível desvendar se havia quem fizesse a distinção entre

p. 3 e *A Nova Gazeta dos Tribunais*, 6 de dezembro de 1848, n. 43, p. 4 (Biblioteca Nacional, Setor de Periódicos e Setor de Obras Raras).

¹⁷ A busca por curas nas águas de Santa Maria da Boca do Monte, no interior do Rio Grande do Sul, foi vista por José Fraga Fachel (1995, p. 52-53) como sinal evidente do abandono que as pessoas sofriam das autoridades públicas que, não tendo hospitais ou médicos para socorrê-los, acabavam por procurar “saídas alternativas”. Ou ainda, que as águas do Campestre eram “dos pobres”, ao contrário das águas termais de Santa Catarina – já famosas naquele ano de 1848 e contando com investimento do governo para melhorias como construção de um hospital –, consideradas por Fachel como “água dos ricos” (1995, p. 68-70). Tais ideias são frágeis diante das evidências empíricas.

¹⁸ A lista com a totalidade dos depoimentos foi apresentada na tese de doutorado de Karsburg (2012).

águas minerais e sobrenaturais, pois da maneira que foi publicada transmitiu a ideia de que todos acreditavam nos poderes sobrenaturais das águas.

Por causa dessa repercussão, governo da província sulina, médicos da Academia Imperial de Medicina, membros da Igreja e jornalistas tomaram suas próprias iniciativas para desvendar se as águas tinham de fato princípios curativos. Os anos de 1848 e 1849 foram profícuos na produção de documentos a esse respeito, dando-nos certeza de que nada parecido aconteceu em outras partes do Brasil no que se refere aos locais visitados pelo eremita italiano João Maria de Agostini. Apesar de terem se desenvolvido, em outras partes do sul brasileiro, histórias, lendas e memórias diferentes a respeito do monge, a associação que até hoje existe entre seu nome e as águas santas nasceu no Rio Grande do Sul entre 1846 e 1849.

Os desdobramentos da crença

Em várias partes do sul do Brasil pessoas acreditam que certas fontes e olhos d'água são milagrosas por ação do Monge João Maria. Contudo, esta crença foi somente uma das heranças deixadas pelo eremita italiano em sua passagem pelo Brasil em meados do século XIX. À busca pela cura nas águas tidas como milagrosas devemos acrescentar outras ações que foram continuadas e/ou inventadas pelos devotos, dentre elas: as romarias aos locais que serviram de morada ao eremita, independentemente da presença de águas santas; a devoção a Santo Antônio Abade no Rio Grande do Sul, que não ficou restrita ao Campestre, espalhando-se por outros pontos do estado nas décadas seguintes; a devoção a Santa Cruz, materializada pela presença de *via-sacras* e cruzeiros levantados pelo eremita em várias localidades do Planalto Meridional brasileiro; e ainda, uma das mais marcantes, a penitência através de longas peregrinações repetindo, em parte, a vida de despojamento e sofrimento levada por João Maria de Agostini. Tradição inventada por homens que se diziam inspirados pelo santo monge, muitos foram confundidos com o italiano nas décadas seguintes, a ponto de também serem chamados de monges e serem considerados santos. Porém, essa identificação precisaria de tempo para ocorrer, pois quem ousasse se apresentar como monge João Maria poderia ser desmascarado por aqueles que conheceram pessoalmente o italiano.

Enquanto o Cerro do Campestre atraía cada vez mais devotos em busca da cura nas águas santas, formando-se uma peregrinação que passou a levar o nome de Romaria de Santo Antão Abade devido à imagem do santo que estava no alto do cerro,¹⁹ em outra parte do Rio Grande do Sul surgiu uma prática religiosa intrigante. Em 1855, no interior do município de Triunfo,²⁰ alguns indivíduos encontraram um jeito de dar continuidade aos ensinamentos do eremita italiano, prescindindo da Igreja e do Estado. Em caso inédito na historiografia, o “clube do santo monge” ou “monjaria”, foi um destes desdobramentos da passagem de João Maria de Agostini pelo Brasil que merece um estudo particular.

No segundo distrito de Triunfo, na localidade chamada “Passo do Gil”, pessoas passaram a se reunir para rezar o terço e realizar, também, procissão levando uma imagem de São João. Os organizadores das reuniões e da procissão eram uma viúva de nome Teresa Francisca de Jesus (70 anos) e um proprietário de terras chamado Urbano Francisco Galvão (51 anos). Faziam parte desta confraria moradores do interior de Triunfo e da vizinha Taquari, totalizando vinte e uma (21) pessoas. Na procissão todos se vestiam de branco e usavam gorros na cabeça. Alguns moradores contíguos denunciaram à polícia tal ajuntamento, argumentando que estavam sendo forçados a aderirem à “seita”. Segundo testemunhas do processo-crime,²¹ o proprietário Urbano Francisco Galvão tinha um escravo, de nome Pedro, que realizava prédicas em diferentes lugares da região dizendo estar agindo em nome do “santo monge”. Dentre as ordens do “monge”, que se encontrava “oculto no Morro dos Marinheiros”,²² estava a construção de uma ermida e o fornecimento de remédios para os doentes.

Durante a investigação, a polícia descobriu que os devotos fizeram uma subscrição a fim de angariarem dinheiro para o “monge”. A quantia de aproximadamente 250 mil réis havia desaparecido depois de ser deixada aos pés de uma cruz conforme orientações do

¹⁹ Imagem que, segundo alguns pesquisadores, foi buscada por João Maria de Agostini em uma igreja em ruína das Missões Jesuíticas. Segundo hipótese, acredita-se que a imagem foi esculpida pelo próprio Agostini, já que ele possuía habilidades artesanais. Não é improvável que o italiano tenha servido de modelo para tal escultura (Karsburg, 2013).

²⁰ Vale mencionar que pessoas de Triunfo e Taquari foram até o local das águas santas no Campestre em busca da cura para suas enfermidades. Ambas as cidades ficam nas margens do Rio Jacuí.

²¹ Processo-crime “Monjaria”. N. 850, maço 24, Estante 142. APERS

²² Morro que se localizava, segundo testemunhas, nas margens do Rio Jacuí e limite com o município de Taquari.

próprio “monge”. Interrogados os membros da “seita”, ninguém afirmou ter visto o santo, mas disseram que o proprietário Urbano Francisco Galvão e o escravo Pedro “eram muito conhecidos do monge”. Para a polícia, estava evidente o crime de estelionato. Contudo, somente Urbano Galvão ficou detido por algumas semanas, sendo solto por falta de provas. O escravo Pedro não foi encontrado. Havia outros diretamente envolvidos – como a viúva Teresa Francisca de Jesus, que veremos a seguir, e um alemão, de nome Jacob, que se intitulava “Apóstolo dos Céus”, apontado como o “monge oculto” instalado no alto do Morro dos Marinheiros. Este também conseguiu fugir da polícia.

É preciso salientar que nenhum dos depoentes afirmou ter visto pessoalmente o monge, mas acreditaram nas palavras do escravo Pedro e de seu senhor Urbano Francisco Galvão quando diziam estar agindo em nome do santo. O motivo da credibilidade de ambos entre os membros da “seita” era porque esses “eram muito conhecidos do monge”. A proximidade com o santo – o que deve ter acontecido anos antes, pois João Maria de Agostini passou por Triunfo e Taquari ao final de 1845 e meados de 1848 – elevou o status de Urbano Galvão aos olhos dos outros que aceitaram, inclusive, que um escravo falasse em nome do monge.

Nenhuma das práticas incentivadas por Urbano Galvão e seu escravo estava em desacordo com o que as pessoas sabiam ser costume de João Maria de Agostini. Primeiramente, era verdade que o monge morava em alto de montanhas e cerros, permanecendo na solidão por dias seguidos sem que ninguém o visse ou falasse com ele; estava “oculto”, portanto. Segundo, tinham ciência de que o monge precisava colocar-se sob a proteção de alguém influente da região (Urbano Galvão), escolhendo, igualmente, uma pessoa como assistente (o escravo Pedro) para fazer a mediação com a multidão de devotos; terceiro, conheciam as necessidades materiais do eremita, que para dar continuidade às peregrinações precisava de dinheiro, sendo assim, fazer uma subscrição não era atitude suspeita; o quarto ponto se refere às mensagens transmitidas aos devotos. Ao apresentar-se como representante do monge, o escravo Pedro não poderia simplesmente inventar discursos, pois seria facilmente desmascarado. As prédicas deveriam estar coladas às do santo para serem aceitas. Para ganharem maior credibilidade, um documento escrito e assinado pelo monge seria perfeito.

MEOS, FIEIS, DEVOTOS – JNRI por nossos pecados

Muito triste ando e tenho andado pela ingratidão que me fizeram aqueles emgratos infieis pois assim os podemos xamar por que a mim fizeram o mesmo que os judeus fizeram ao Nosso Senhor Jesus Cristo quando o crucificaram. A Jesus assim fizeram eles [e mandaram] arrancar as Santas Cruzes que por mim foram mandadas colocar e edificar neste por minha ordem e eu as mandei fincar por ordem de nosso altíssimo supremo que nos rege. Mal de meu povo se assim não fosse se não tivesse uma Mãe de tanta piedade que já Deus tivera arrasado todo o mundo nossa mãe Maria Santíssima de quem está todos os dias pidindo e rogando ao seu bento filho a fim de não dar fim e arrasar o mundo Ela está na esperança a ver se reduz este emgrato povo de seguir a Sta religião tão perciza e eles são tão emgratos que mesmo conhecendo que podem receber um grande castigo dos céus não querem louvar a Deus Deus esta lhes mostrando o caminho que devem seguir todos os prodígios tratados de veste e não querem seguir a religião Rogue o nosso protetor lhe de caminho que sigão o C... quizerem eles mesmos andem sentir deus nosso Senhor há de mandar um castigo se no espaço de 24 horas eles andem querer se arrepender mas já há de ser tarde. Eles andem se valer de meus devotos estir que hoje andao escorraçados por seguirem as antiga Religião Cathólica percitaria o mundo já é chegado o tempo de ser arrasado mas foi revogada a sentença por causa dos inocentes ficou esse orrorozo dia para ser de hoje a sete anos no dia em que tudo os sete virá do lado 60 nuves cor de sangue e lançarão rapidamente a terra. Em labaredas de fogo eu avisarei alguns Deus for servido do modo que podem se salvar os emfiéis dizem que arrasarão as Cruzes porque amanha devota Teresa prometeu a eles de eu aparecer no fim do Mês de Abril ela como eu prometi de aparecer neste tempo por isso foi que ela tão boa Afiançou mas eu tive ordem de nosso Senhor Supremo para não o fazer por que ia aver mortandade por dois motivos hum porque tinha de aparecer um judeu que está preso que está emconrrentado e averá de cauzar grandes remorço ao povo e outro porque averão quererem muitos [rasurado] tirar-me a vida e os meus devotos não averão querer deixar desfeitar-me por esses emfiéis que eu não tenho medo que eles o fizessem por que assim como deus morreu eu tambem hei de morrer por que sou um triste votatario. Por uimagesimo que ando pelo mundo rolar como huma pelo mundo (...) fazia athe que Deos si simbri dimim é di meus irmãos que me acompanham também a rolar pelo mundo----. Os infieis muito si cansam a falar do dinheiro que meus devotos me derão Eles inda andem ver eu pozitivamente entregar a seus legítimos donos assi andem eles discañar esta mesma demora que tem avido tem sido a disconto dos grandes pecados desses infieis que a tantos culpam injusto a ver se arrependam a do Céu dizem Eu não voz posso dizervos quando hei de aparecervos por que esta vontade de Deos nosso Altissimo Supremo porém vos não percam a esperança que eu inda hei de ter o gosto de meus devotos me verem e todos conversarem comigo quando nosso Ato Supremo deliberar a que eu apareça 4 dias antes ei de fazervos aviso para se avisarem a todos os devotos que deverão comparecer todos vistidos de Rosa branca no Informe

que mandou meu irmão Felix Maria Sulitario Vg. He o direito do nome dele ele mudou o nome para não dar a conhecer quem hera eu fui que mandei aparecer naqueles lares para mostrar meus devotos quais eram aqueles que mostravão ser devotos e afinal não era andavam enganando Gênero Humano falou como Judas foi ... assim são eles---. Eles não xamavão a meu irmão Felix senão ao bode negro o impostor ladrão que podemos chamar de ladroins da Religião que devem a contrariar a tudo quanto meus devotos querem digno. Ora não é (...) hum espírito de contra (...) igualmente mais o que lhe avemos fazer sofrer com paciência todas as injúrias e justiça que nos são atiradas A devota Teresa tenho a dizervos que vos ouvis arrancar o Resto das Cruzes que ficavão e as depositar de baixo de huma sombra em lugar ocultos deixar só huma fincada que estará imidiata a vossa porta. E continuai com fé viva a nossa devoção e adeus meus fieis devotos athe quando Deos for sirvido.

O VOSSO IRMÃO,
O Monge João Maria Sulitario Vlga²³

Esta carta estava em posse da viúva Teresa Francisca de Jesus (70 anos), proprietária de terras do lugar e uma das “líderes” da “seita”, já que as reuniões para rezarem o terço aconteciam em sua casa, assim como a procissão que iniciava e findava em sua propriedade. Ela diz ter encontrado a carta aos pés de uma cruz no momento em que deixou o dinheiro para o monge. Pegou o documento e afastou-se, percebendo um vulto que tirou o dinheiro do lugar, mas não reconheceu quem era. Assim como Urbano Galvão e o escravo Pedro, foi considerada “estelionatária” pela polícia, e só não foi presa porque sua idade e estado de saúde impediram.

Embora tenha sido redigido por alguém com boa noção de escrita, o documento é truncado, repleto de erros de português, com poucos pontos e vírgulas. Porém, o importante era transmitir discurso semelhante às prédicas do monge, pois, se fossem palavras distantes das do santo, o documento não seria aceito pelos devotos. Por isso acreditamos que o conteúdo da carta se aproxime do que tenham sido as pregações do eremita italiano, gravitando entre ternura e terror, pecado e medo, salvação e condenação e o fim do mundo. Contudo, a autenticidade do documento, a partir da assinatura, é improvável.²⁴

²³ Documento anexado ao Processo-crime “Monjaria”. N. 850, maço 24, Estante 142. APERS

²⁴ No documento de Sorocaba, do dia 24 de dezembro de 1844, aparece a assinatura do eremita João Maria de Agostini. Comparando com a carta aos moradores do Passo do Gil, as diferenças são evidentes.

Originalmente pensada para dar legitimidade à viúva Teresa diante dos outros adeptos do “clube do santo monge”, a carta ficou pouco tempo em posse dela, sendo apreendida pela polícia durante as investigações, anexada ao inquérito, arquivada e até hoje esquecida. Para nós pesquisadores, é um achado importante que dá pistas para iniciarmos o entendimento de como a crença no Monge João Maria foi sendo construída, modificada, adaptada, ressignificada. Fazendo análise preliminar, constatamos práticas que realmente foram ensinadas pelo eremita Agostini: rezar o terço, fazer procissões, construir e cravar cruzeiros e buscar a cura combinando elementos da natureza. No entanto, detectamos elementos novos que, com o tempo, serão marcas da crença no Monge João Maria: a vestimenta branca²⁵ dos participantes da “seita” e a certeza dos devotos de que o santo estava “oculto” no alto de um cerro.²⁶ Nos seis primeiros lugares aonde surgiu devoção ao monge (cf. mapa apresentado anteriormente), em nenhum houve menção à cor da vestimenta dos fieis e à crença de que o monge estaria oculto em cerros ou grutas. Por isso a importância de se analisar, com mais calma, o “clube do santo monge”.

Considerações Finais

Em diferentes e distantes lugares do Planalto Meridional do Brasil, de São Paulo ao Rio Grande do Sul, com repercussão no norte da Argentina, existem lugares de memória do Monge João Maria.²⁷ No entanto, seria precipitado acreditar que em todos estes pontos formou-se uma memória única a respeito do santo monge. Assim como histórias de vida, biografias e trajetórias, essa devoção precisa ser pensada em múltiplos sentidos, sem querer traçar uma linearidade, que jamais existiu, visando reforçar a estrutura do mito. Como

²⁵ Nos redutos santos durante a Guerra do Contestado, os devotos vestiam-se de branco para celebrarem ritos religiosos, cf.: Queiroz (1966) e Monteiro (1974).

²⁶ O fabuloso livro de Yves-Marie Bercé, *O Rei Oculto*, de 2003, apresenta três diferentes casos de mitos políticos e religiosos populares a respeito da expectativa do retorno de reis ocultos. O caso mais célebre, também analisado por Hermann (1998), trata do rei português Dom Sebastião, morto em uma batalha na África em 1578. Tão antiga quanto à religião e presente em diversas culturas do mundo, a crença no “santo oculto” foi acionada pelos fieis do monge para explicar seus constantes desaparecimentos.

²⁷ Faltaria, ainda, um estudo comparativo com as diferentes memórias existentes no sul dos Estados Unidos, no estado do Novo México, aonde também se desenvolveram histórias e lendas a respeito do eremita italiano. Estamos iniciando o encaminhamento de tal tarefa.

afirmamos no início deste artigo, buscamos nesse projeto de pesquisa contribuir à preservação de uma longa e importante tradição cultural – a devoção ao Monge João Maria –, mas isso não significa que iremos fechar os olhos para a complexidade do processo histórico que envolveu o nascimento e desenvolvimento desta tradição.

Há locais que Agostini passou e que não se preservou memória alguma a respeito dele, como a Pedra da Gávea no Rio de Janeiro. Estes esquecimentos também precisam figurar nos estudos. Outros, como o Campestre das águas santas, por muito tempo suas histórias seriam contadas e recontadas pelos moradores, mas mudanças étnicas e sócio-culturais na região fizeram com que o monge passasse a figurar como folclore, dando lugar a Santo Antônio Abade e a romaria que até hoje acontece no interior de Santa Maria. E o que dizer dos inúmeros locais no interior de Santa Catarina e do Paraná aonde se preservam histórias do monge João Maria, mas que não se referem ao primeiro, antes aos “discípulos” que difundiram a crença por áreas nunca visitadas pelo italiano? Sabemos que para o fiel houve somente um monge, o “santo dos excluídos”, dos “esquecidos”, dos “injustiçados”, dos “desenganados” e dos “sem terra”, e nosso papel de pesquisadores é, justamente, reconstruir estes múltiplos significados atribuídos ao santo.

Embora saibamos que em todo o sul do Brasil há centenas de lugares onde o Monge João Maria é venerado e lembrado, acreditamos que isso se deveu não somente pela ação dos “discípulos” do eremita italiano que percorreram, a pé, o território sul-brasileiro difundindo as façanhas do santo. Ainda que seja uma hipótese, as migrações que aconteceram, principalmente a partir do final do século XIX, de grupos familiares sul-rio-grandenses buscando territórios novos devido às guerras, à expansão do Estado e à chegada de imigrantes europeus, contribuíram para que crenças religiosas e hábitos culturais se estabelecessem por regiões como o vale do Rio de Peixe, oeste catarinense e paranaense. Por estas áreas, o eremita italiano passou rapidamente, se é que tenha realmente passado por ali. Como se percebe, devemos ter cuidado na hora de construir um único Mapa da Devoção, pois, em nosso entendimento, houve Mapas de Devoção, alterando-se no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Aloísio de. **O monge do Ipanema**. Sorocaba, São Paulo: Editora Cruzeiro do Sul, 1942.
- BERCÉ, Yves-Marie. **O Rei oculto: salvadores e impostores, mitos políticos populares na Europa Moderna**. Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- CABRAL, Oswaldo R. **João Maria: interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1977 (fac-símile da edição de 1896).
- ESPIG, Márcia Janete. **A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria: recusa dos excluídos**. Porto Alegre; Florianópolis, Editora da UFRGS; Editora da UFSC, 1995.
- GOES, César Hamilton Brito. **Nos caminhos do Santo Monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil**. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- HALBWACHS, M. **La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Sainte**. Paris:PUF, 1971.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- HERMANN, Jacqueline. **No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **O Eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS, 2012.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. “Duas imagens para um só santo”. **Diário de Santa Maria**, sábado e domingo, 19 e 20 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/historiador-defende-que-imagem-de-santo-antao-adorada-no-rs-e-de-outro-monge/2355398/> (Acesso em 20 de janeiro e 30 de setembro de 2013).
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **O Eremita das Américas: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.
- LACARRIÈRE, Jacques. **Padres do Deserto: homens embriagados de Deus**. 2 ed. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre, ERUS, 1979 (1ª edição de 1909).